



Plenário aprova projetos para reduzir a burocracia no país

Uma das propostas acaba com a obrigação de capital mínimo para formação de empresa individual. A outra dispensa testemunhas para título executivo extrajudicial



Entre Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, Eunício Oliveira preside a sessão no Plenário que aprovou os dois projetos para reduzir a burocracia no país

O Senado aprovou ontem duas propostas para reduzir a burocracia no país. Um dos projetos facilita a constituição de empresas individuais de responsabilidade limitada. Segundo o texto, não será mais necessário capital mínimo para formar uma empresa individual. O outro projeto altera o Código de Processo Civil para prever, como título executivo extrajudicial, o documento particular assinado pelo devedor, independentemente de testemunhas. As duas propostas são de autoria da Comissão da Desburocratização, que funcionou no Senado entre 2016 e 2017. **3**

Arábia e Costa Rica devem ter novos embaixadores **7**

Colegiado avaliza créditos de R\$ 422 milhões **5**

Proposta que combate sonegação avança em regime de urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que estabelece tributação especial para evitar desequilíbrios da concorrência, evitar a sonegação, a inadimplência e a adulteração de produtos. O principal objetivo da proposta, que regulamenta a Constituição, é combater

fraudes nos setores de combustíveis, cigarros e bebidas.

O texto permite ainda que as administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios controlem os procedimentos de empresas que possam repercutir nos preços, desequilibrando o mercado. **4**



Combate a fraudes no setor de combustíveis está entre os objetivos da proposta

Aprovado reajuste para Judiciário e Ministério Público **3**

Consumidor de luz pode ser ressarcido por interrupção **3**

Comissão mista aprova parecer da MP das Loterias

A comissão mista da Medida Provisória das Loterias aprovou ontem o relatório do senador Flexa Ribeiro. A MP regula a transferência de recursos das loterias para esporte, cultura e segurança pública e segue agora para os

Plenários da Câmara e do Senado.

O governo prevê que a medida garantirá o repasse anual de cerca de R\$ 1 bilhão para a área da segurança pública, R\$ 630 milhões para o esporte e R\$ 443 milhões para a cultura. **8**



À mesa, deputado André Moura (E), senador Flexa Ribeiro, relator, e deputado Evandro Roman, presidente da comissão

Plenário deve analisar projeto que altera Lei Geral de Teles

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou ontem proposta que altera a Lei Geral de Telecomunicações. O projeto, que voltou para o Senado depois de decisão do STF, segue agora para o Plenário em regime de urgência. **8**

Atualização do código aéreo passa em colegiado

A comissão especial que analisa a modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica aprovou ontem proposta para atualizar a legislação, que é de 1986. O texto trata de assuntos que vão de infraestrutura a direitos do consumidor e responsabilidade civil. **2**

INSS deve ter que firmar convênios para perícias médicas

Proposta que estabelece que o INSS celebre acordos com outros órgãos, a fim de atender a demanda dos segurados que necessitem de perícia médica, foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. O texto vai para a Comissão de Constituição e Justiça. **6**

Código Brasileiro de Aeronáutica vai a Plenário

Fruto do trabalho de uma comissão de especialistas, projeto mantém fim da franquia obrigatória para bagagens em voos e prevê regulamentação para o uso de drones

A COMISSÃO ESPECIAL que analisa a modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica aprovou ontem proposta para atualizar a legislação. O relator do PLS 258/2016, José Maranhão (MDB-PB), alterou diversos pontos do projeto. Ele lembrou que o Código de Aeronáutica atual é de 1986. Portanto, é anterior à Constituição (1988), ao Código de Defesa do Consumidor (1990) e à lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (2005).

O texto trata de assuntos diversos, que vão de infraestrutura a direitos do consumidor e responsabilidade civil. Foram mantidas as mudanças aprovadas recentemente pela Anac, acabando com a franquia obrigatória de bagagem despachada em voos nacionais e internacionais.

— Entendemos que a franquia de bagagem obrigatória sobrecarrega o preço da passagem para o passageiro que não faz uso do serviço. Para que haja estímulo e competição na oferta de passagens de baixo custo, a franquia não deve ser obrigatória. Contudo, obrigatoriamente a oferta de bilhete de passagem deve oferecer as opções com e sem os valores de bagagem. Dessa forma, não se perderá o referencial comparativo para que exista competição entre as empresas aéreas também no valor da bagagem despachada — afirmou o relator

O projeto estabelece que a interrupção de viagem, a desistência ou o não comparecimento a tempo para o embarque dos voos contratados não autorizam o transportador



Pedro Chaves e Vicentinho Alves ouvem o relatório de José Maranhão

a cancelar a reserva de todos os voos subsequentes indicados no bilhete.

De acordo com a proposta, soltar qualquer balão não tripulado sem autorização prévia da autoridade aeronáutica será considerado um atentado à segurança do espaço aéreo, crime previsto no Código Pe-

nal, com pena de dois a cinco anos de reclusão.

Sobre drones, o texto afirma que a fabricação e a operação de aeronaves não tripuladas deve obedecer à regulamentação específica das autoridades de telecomunicações, de aviação civil e aeronáutica. Os equipamentos com menos de

25 quilos e que voem abaixo de 120 metros deverão receber tratamento simplificado das normas que forem expedidas sobre o tema, além de serem dispensadas de registro.

A proposta é fruto do trabalho de uma comissão de especialistas formada no Senado em 2015. O relatório de Maranhão foi entregue no ano passado. Após um pedido de vista, no entanto, o senador promoveu diversas modificações.

— Entendemos que era melhor demorar um pouco para discutir e inserir sugestões. O código é definitivo. Não se faz todo dia e não pode ser objeto de improvisações. Preferi entender que a pressa é inimiga da perfeição para poder acolher as sugestões que chegavam a todo momento.

Fátima lamenta cortes de recursos em áreas sociais

Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou que a proposta do Orçamento de 2019, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional, preveja um corte de quase 50% nas verbas de assistência social.



Jefferson Rudy/Agência Senado

A senadora, designada pelo PT para ser a relatora setorial do trabalho, previdência e assistência social na Comissão Mista de Orçamento, disse que, se a proposta for aprovada, 2,3 milhões de pessoas poderão deixar de receber o Benefício de Prestação Continuada devido a pessoas com deficiência e idosos.

Requião avalia eleições e condena falta de propostas

Roberto Requião (MDB-PR) afirmou que a campanha eleitoral deste ano foi pobre, sem propostas fundamentais para enfrentar problemas que preocupam a sociedade.



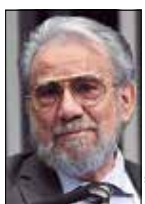
Jefferson Rudy/Agência Senado

Para ele, não houve diferença entre os candidatos, e a corrupção tomou, inevitavelmente, conta do processo. Requião disse que esse assunto é da alçada da polícia e da Justiça, cabendo ao presidente traçar os rumos do país.

O senador citou problemas que afligem a sociedade, especialmente os mais pobres, como violência e desemprego.

Guaracy Silveira defende união em torno de Bolsonaro

Preocupado com a desunião dos brasileiros após o processo eleitoral, Guaracy Silveira (DC-TO) disse que é hora de todos se unirem em torno das propostas do presidente eleito, Jair Bolsonaro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Na opinião dele, há hoje uma tentativa de negar apoio e sustentação ao futuro governo, o que revelaria inveja e ciúme que “não dignificam a espécie humana”.

O senador entende que os brasileiros passaram o seu recado nas eleições, dando um basta ao partido que governou o país desde 2003.

Comissão aprova emendas para atendimento a mulheres

A Comissão de Combate à Violência contra a Mulher aprovou ontem emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019 para construção de novos centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca e de novas Casas da Mulher Brasileira.

Todas as comissões têm direito de incluir emendas

no Orçamento da União.

A comissão também aprovou emendas para as Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e outra para a Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas.

Lídice destaca papel das mulheres na Constituinte

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou em Plenário ontem os 30 anos da Constituição federal, de cuja elaboração participou, ainda como deputada, entre 1986 e 1988. A senadora ressaltou que a Constituição foi um marco fundamental na elevação da mulher ao patamar de cidadã, com direitos iguais aos dos homens.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Inúmeras conquistas podem ser atribuídas ao famoso lobby do batom, como a licença-maternidade, a licença-paternidade, o salário-família, o direito a creche e educação pré-escolar.

Na opinião de Hélio José, a Constituição não é imutável

Hélio José (Pros-DF) exaltou ontem a Constituição federal, que completou 30 anos em 5 de outubro. Ele lembrou que a Carta Magna consolidou uma série de garantias para o funcionamento de uma nação recém-saída de um período autoritário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador disse que a Carta não é imutável, sendo portanto passível de aperfeiçoamentos.

— Nunca se pretendeu que textos constitucionais fossem eternos, razão pela qual não devemos temer revisões e emendas. Não podemos permitir retrocessos.

Walter Pinheiro lembra sua atuação como parlamentar

Walter Pinheiro (sem partido-BA) lembrou a sua atuação parlamentar, iniciada em 1993 como vereador em Salvador e que inclui quatro mandatos como deputado federal e um como senador. Pinheiro, cujo mandato se encerra em janeiro, não concorreu à reeleição. Ele se licenciou em 2016 para ocupar a Secretaria de Educação da Bahia, mas voltou ao Senado para apoiar questões de interesse do estado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador destacou que sempre conviveu com oposição e que, na política, há adversários, e não inimigos pessoais.

RÁPIDAS

SENADO OBTÉM BOA MARCA EM ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

O Senado é uma instituição transparente para a sociedade. Em escala de 0 a 1, a Casa obteve a marca de 0,8374 no Índice de Transparência Legislativa. A conclusão foi apresentada ontem à Comissão de Transparência.

CONGRESSO INSTALA QUATRO COMISSÕES MISTAS DE MPS

Foram instaladas ontem as comissões mistas que vão analisar quatro medidas provisórias, entre elas a que autoriza a criação da Agência Brasileira de Museus. O texto foi publicado após o incêndio no Museu Nacional.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CMO Orçamento de 2019

9h30 Audiência com o ministro do Planejamento para esclarecimentos sobre a LOA 2019.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

10h Na pauta, texto sobre despesas com pessoal de estados, DF e municípios.

CONGRESSO Sessão solene

11h Comemoração dos 65 anos da TV Record.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Aprovado texto que facilita constituir empresa

Projeto acaba com obrigação de capital mínimo para formação de empresa individual. Plenário também aprovou projeto que dispensa testemunhas para título executivo extrajudicial

O PLENÁRIO APROVOU ontem dois projetos que reduzem a burocracia no país. Um deles facilita a constituição de empresas individuais de responsabilidade limitada, as Eirelis. O outro acaba com a obrigatoriedade de testemunha para assinatura de documentos de título executivo extrajudicial.

Segundo o PLS 10/2018, que segue à Câmara, não será mais necessário capital mínimo para formar empresas individuais.

O Código Civil já permite a constituição da Eireli por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, não inferior a 100 vezes o valor do salário mínimo.

O projeto acaba com a obrigatoriedade do capital mínimo e abre a possibilidade de constituição da empresa por pessoa



Jefferson Ruy/Agência Senado

O texto aprovado pelo Plenário diminui exigências para formar empresas

física ou jurídica.

O texto ainda permite a criação de mais de uma Eireli pela mesma pessoa. Como a legislação atual não autoriza isso, muitos donos de empresas agem na informalidade, por meio de “laranjas”.

A proposta é da Comissão da Desburocratização, que

funcionou no Senado entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017. Ao final dos trabalhos, foi aprovado um relatório, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), com diversas propostas de lei.

A Eireli é uma categoria empresarial que permite a constituição de uma empresa com

apenas um sócio: o próprio empresário. Essa modalidade foi criada em 2011 para acabar com a figura do sócio “fictício”, prática comum em empresas registradas como sociedade limitada, que antes só poderiam ser constituídas por, no mínimo, duas pessoas.

Título executivo

Os senadores também aprovaram projeto que altera o Código de Processo Civil (CPC) para prever, como título executivo extrajudicial, o documento particular assinado pelo devedor, independentemente de testemunhas. A proposta (PLS 22/2018) segue para a Câmara.

Hoje o CPC requer duas testemunhas para que o documento seja considerado título executivo extrajudicial. O texto

acaba com a obrigatoriedade para simplificar o processo. As assinaturas de credor e de devedor serão suficientes.

O projeto também é de autoria da Comissão da Desburocratização e foi relatado por Anastasia. No texto, ele ressalta que geralmente as testemunhas não estão presentes na assinatura do contrato e, sim, são cooptadas depois, quando o credor quer cobrar a dívida. “Essa exigência legal de testemunhas mais se aproxima a tempos longínquos e medievais, quando a autenticidade dos documentos era marcada pelo anel de sinete do rei”, observa.

Pelo CPC são considerados títulos extrajudiciais, além do documento particular, letra de câmbio, promissória e cheque, entre outros.

Falta de energia pode gerar multa ao fornecedor

O Plenário aprovou ontem projeto que institui multa a ser paga por empresas concessionárias aos usuários dos serviços de energia elétrica em caso de interrupção no fornecimento. O PLS 209/2015 segue para a Câmara.

De Ronaldo Caiado (DEM-GO), a proposta estabelece que, em caso de falha no fornecimento de energia, a empresa distribuidora ficará sujeita a multa indenizatória que será paga aos usuários finais do sistema “diretamente prejudicados”.

A multa deverá ser aplicada quando for superado o valor-limite de indicadores de qualidade do serviço, podendo ser quitada pela forma de crédito na fatura ou em espécie, em no máximo três meses após o período da apuração.

A multa não será devida em situações como interrupções de curta duração, interrupção causada por insuficiência técnica no interior da área sob domínio do usuário, suspensão por inadimplência do consumidor, interrupção programada pela concessionária e interrupção oriundas de atuação de esquemas de alívio de carga solicitado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Ainda segundo a proposta, deverão ser implantadas ferramentas que permitam a auditoria dos indicadores de qualidade, independentemente das informações da empresa prestadora do serviço.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), ressaltou a importância do projeto.

— Na relação de consumo, o

consumidor é a parte hipossuficiente, razão pela qual seus direitos devem ter tratamento diferenciado.

O texto também trata do chamado risco hidrológico. A legislação atual obriga as usinas a produzir uma quantidade mínima de energia. Quando o volume gerado fica abaixo do piso, as hidrelétricas devem pagar uma espécie de multa.

Em alguns casos, a queda é provocada por fatores hidrológicos, como a seca. De acordo com as empresas, em outras situações a produção cai por conta de fatores como a política energética do governo e os atrasos na entrega de linhas de transmissão. O texto aprovado isenta as hidrelétricas de multa quando a causa for considerada “não hidrológica”.

Projeto da cessão onerosa do pré-sal recebe urgência em Plenário

O Plenário aprovou ontem requerimento de urgência para votação do projeto que autoriza a Petrobras a transferir a petroleiras privadas até 70% de seus direitos de exploração de petróleo no pré-sal. O PLC 78/2018 aguarda, em Plenário, manifestação de três comissões: Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), e Infraestrutura (CI). Com o requerimento, o projeto constará na ordem do dia da próxima sessão deliberativa.

O que o Senado vai apreciar é o substitutivo aprovado pela Câmara ao texto original, no qual o petróleo que exceder 5 bilhões de barris deverá ser licitado no regime de partilha de produção, após ser revisto

o contrato de cessão entre a União e a Petrobras. Estudos da certificadora independente Gaffney, Cline & Associates, contratada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), estimam que oscile entre 6 e 15 bilhões de barris o volume excedente à captação autorizada à Petrobras.

Com a cessão onerosa, a União pode garantir uma receita de R\$ 100 bilhões com a venda do excedente do petróleo extraído do pré-sal.

Segundo o projeto, assim como a Petrobras, as petroleiras privadas terão o direito de pagar à União royalties menores que o padrão (10%, em vez de 15%) pelo petróleo retirado das áreas sob cessão.

Com Agência Câmara

Reajuste para STF e Ministério Público vai à sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que aumenta o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2016 eleva os subsídios mensais dos ministros em 16,38%, dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. Foram 41 votos a favor, 16 contrários e 1 abstenção.

O Senado também aprovou o aumento do salário do procurador-geral da República, com ganhos mensais fixados no mesmo patamar definido para os ministros do STF (PLC 28/2016). Os dois projetos seguem para sanção presidencial e os reajustes passam a valer na data da publicação da lei.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, ressaltou que

as propostas já haviam sido aprovadas pela Câmara dos Deputados e disse que há um compromisso do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, de que não haverá impacto no teto de gastos públicos.

— O ministro me autorizou a relatar a este Plenário que não haverá aumento do teto de gasto dos órgãos. Portanto, está mantida a Emenda Constitucional 95, aprovada pelo Congresso Nacional.

Eunício indicou Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) para dar parecer dos projetos em Plenário. O senador defendeu o aumento, mas apontou que, após dois anos de tramitação, havia a necessidade de adequações para ajustar o texto às condições atuais. Ele fez

alterações para evitar “a leitura incorreta” de que o aumento poderia ser retroativo ao ano de 2016, quando as propostas foram apresentadas. Segundo o relator, o projeto não trará impacto financeiro, já que o auxílio-moradia pago a juízes e ministros será extinto.

Mais cedo, senadores criticaram os aumentos em reunião das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Direitos Humanos (CDH). A principal preocupação dos parlamentares é com o chamado efeito cascata.

Isso porque a remuneração dos ministros do STF é o teto do funcionalismo e, com a aprovação do aumento, abre-se caminho para reajuste de outros servidores.

Protocolo reconhece diplomas educacionais na América do Sul

O Senado aprovou ontem o Protocolo de Reconhecimento de Certificados de Educação de Nível Fundamental e Médio para os países do Mercosul e Associados. Pelo acordo, que envolve os quatro membros do Mercosul — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — e os países associados — Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Venezuela —, ocorrerá o reconhecimento dos cursos fundamentais e médios de qualquer um desses países. Isso permitirá a mobilidade de estudantes entre esses países sem necessidade de toda a burocracia que envolve hoje o reconhecimento de diplomas e certificados.

O senador Jorge Viana (PT-AC) defendeu o relatório de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) na Comissão de Relações Exteriores (CRE):

— É algo imprescindível ao nosso processo de integração sul-americana, cujo objetivo último é facilitar o livre trânsito de capital e mão de obra — afirmou.

O protocolo prevê a criação de uma comissão técnica regional com representantes dos ministérios da Educação de cada país participante, que deverá desburocratizar os mecanismos de reconhecimento dos diplomas, além de favorecer a adaptação dos estudantes aos países.

Vai a Plenário projeto de combate a sonegação

Proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos regulamenta artigo da Constituição para evitar fraudes em setores como combustíveis, cigarros e bebidas

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto que estabelece tributação especial para evitar desequilíbrios da concorrência, combater a sonegação, a inadimplência e a adulteração de produtos. O PLS 284/2017 — Complementar busca punir o chamado devedor contumaz, que deixa de pagar tributos para obter vantagem concorrencial.

De Ana Amélia (PP-RS), o projeto regulamenta o artigo 146-A da Constituição e tem como principal foco combater fraudes nos setores de combustíveis, cigarros e bebidas. O texto aprovado pela CAE foi o substitutivo do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que incorporou emenda apresentada por Armando Monteiro (PTB-PE) para especificar os setores abrangidos pelas definições da proposta.



Entre Ricardo Ferraço (E), relator, e Lúcia Vânia (D), o projeto vai para mais uma comissão

A concorrência desleal, segundo a autora, pode repercutir nos preços de produtos e serviços e desequilibrar o mercado. Na justificativa, Ana Amélia cita o setor de combustíveis como exemplo:

“A utilização de liminares, por empresas detidas por ‘laranjas’, além de outros expedientes, provocou o ingresso no mercado de inúmeros players que se valeram de medidas aparentemente legais,

mas cujo objetivo era ilícito: concorrer deslealmente no mercado. Mais recentemente, empresas têm se valido do não pagamento sistemático de tributos para fraudar a concorrência”.

Ana Amélia destacou ainda a estimativa de que apenas nos setores de cigarros e combustíveis, sujeitos a cargas tributárias elevadas em comparação com outros produtos, cerca de R\$ 8 bilhões sejam sonegados anualmente.

A proposta permite que as administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios controlem os procedimentos de empresas que possam repercutir nos preços, desequilibrando o mercado.

O projeto seguirá para o Plenário em caráter de urgência a pedido de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Em Plenário, deverá ser lido ainda requerimento de Ciro Nogueira (PP-PI) para que o texto seja analisado também na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Colegiado aprova proposta sobre distrato no setor imobiliário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisou ontem as emendas apresentadas em Plenário ao projeto que fixa direitos e deveres das partes nos casos de rescisão de contratos de aquisição de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou loteamento. O PLC 68/2018, do deputado Celso Russomanno (PRB-SP), segue para o Plenário em regime de urgência.

O parecer foi aprovado com base em relatório do senador Armando Monteiro (PTB-PE), favorável a seis emendas e contrário a outras seis. O relator ainda fez adaptações para acolher mais duas sugestões.

Entre as aceitas, estão duas emendas da senadora Simone Tebet (MDB-MS), obrigando

os contratos a incluir um quadro-resumo com as condições das negociações. Esse quadro deve ter informações como preço, taxa de corretagem, forma de pagamento, índice de correção monetária, taxas de juros e as consequências da quebra de contrato. Com isso, segundo o relator, incorporador e comprador não mais poderão alegar desconhecimento das principais obrigações contratadas.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou voto em separado pedindo a rejeição das emendas, mas sua proposta não obteve apoio suficiente.

— Não podemos agir a toque de caixa sobre matéria tão sensível, sob pena de causar prejuízos incalculáveis aos

consumidores — argumentou.

O projeto havia sido rejeitado pela CAE em julho, mas um recurso o levou para o Plenário, onde o texto recebeu novas emendas. Com isso, a proposta voltou à comissão e Armando Monteiro foi designado relator. Agora o projeto retorna ao Plenário em regime de urgência, de acordo com requerimento de Romero Jucá (MDB-RR) aprovado ontem.

Controvérsia

Alguns senadores alegam que o projeto atualiza as regras, dando segurança jurídica às construtoras e aos consumidores. Mas há senadores que consideraram o texto benéfico sobretudo para as empresas.

Conforme o projeto, o atraso

de até 180 dias na entrega do imóvel não gerará ônus para a construtora. Se houver atraso maior, o comprador poderá desfazer o negócio e terá direito a receber tudo o que pagou de volta, além da multa prevista em contrato. Se não tiver multa, o cliente terá direito a 1% do valor já desembolsado para cada mês de atraso.

Além disso, permite que as construtoras fiquem com até 50% dos valores pagos pelo consumidor em caso de desistência da compra, quando o empreendimento tiver seu patrimônio separado do da construtora (mecanismo chamado de patrimônio de afetação). Para os demais casos, a multa prevista para o consumidor é de até 25%.

Comissão coíbe liminar judicial para votar créditos externos

Por iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), empréstimos externos a entes federativos deverão contar com autorização do Ministério da Fazenda e, se for o caso, com decisão final da Justiça sobre sua capacidade de endividamento para serem analisados pelo colegiado. A proposta segue agora para o Plenário em regime de urgência por requerimento de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

As operações de créditos externos a estados e municípios não serão votadas com base em liminares da Justiça.

A proposta foi elaborada após a CAE aprovar a contratação de créditos externos,

com garantia da União, para Porto Alegre e Maceió. Ambos conseguiram a manifestação favorável do Ministério da Fazenda para a concessão após obterem liminares na Justiça.

“Essa incerteza jurídica coloca o Senado em um forte dilema. Se autoriza a operação e a decisão judicial é depois revertida, o Senado estará, involuntariamente, contribuindo para a deterioração das finanças públicas. Por outro lado, se não autoriza a operação e a decisão judicial final se mantém, estará prejudicando desnecessariamente um ente da Federação”, afirma o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), na justificativa.

Acesso de advogados a processos eletrônicos segue para o Plenário

Advogados terão assegurados o acesso e a cópia de atos e documentos de processos judiciais eletrônicos, mesmo sem procuração. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara 72/2018, aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta vai ao Plenário.

O exame por advogados, procuradores e membros do Ministério Público cadastrados poderá ocorrer em qualquer fase da tramitação. Exceção é feita aos que estão sob sigilo ou segredo de Justiça, cujo acesso é limitado aos advogados das partes.

Do deputado Wadih Damous (PT-RJ), o projeto prevê

como direito do advogado examinar sem procuração procedimentos em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo ou da administração pública em geral. Os profissionais podem obter cópias das peças e tomar apontamentos. A regra vale para processos eletrônicos concluídos ou em andamento.

Para o relator, Hélio José (Pros-DF), o direito de ter acesso aos autos dos processos físicos ou eletrônicos não sigilosos é prerrogativa indispensável para a advocacia, que tem por objeto servir bem mais à proteção jurídica do cidadão do que aos interesses do próprio advogado.

Humberto denuncia clima de ódio e violência crescentes

Humberto Costa (PT-PE) manifestou preocupação com a onda de ódio e violência crescentes em escolas e universidades. Ele repudiou o que classificou de “medievalismo”, representado por constrangimento, ameaça e agressões praticadas contra pessoas que têm opinião diferente da dos agressores. Para ele, o responsável é o presidente eleito, Jair Bolsonaro, que, ainda durante a campanha eleitoral, incitou o patrulhamento de salas de aula e disseminação de ódio, mentiras e intolerância.

— O chamado kit gay e o Projeto Escola sem Partido são exemplos disso.

Ana Amélia elogia diplomacia do Brasil com vizinhos

Ana Amélia (PP-RS) relatou almoço na embaixada do Chile em que se discutiu, entre outros assuntos, o acordo Mercosul-União Europeia. A senadora elogiou o esforço diplomático brasileiro para intensificar o relacionamento com os parceiros mais próximos.

— Eu, como sou do Rio Grande do Sul, um estado que tem um vínculo muito intenso tanto com o Uruguai quanto com a Argentina, que são nossos parceiros e vizinhos fronteiriços, afirmo que esse tema nos é muito caro.



Jefferson Rolly/Agência Senado

Comissão aprova créditos de R\$ 422 milhões

Recursos serão direcionados para a Casa da Moeda, para a Funai e para a Infraero. Colegiado se reúne hoje com o ministro do Planejamento para tentar definir estrutura do Orçamento de 2019

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem dois créditos ao Orçamento de 2018, no valor de R\$ 422 milhões. Foram R\$ 372 milhões pelo PLN 29/2018 e R\$ 50 milhões pelo PLN 33/2018.

O PLN 29/2018 concede R\$ 358 milhões à Casa da Moeda, para cobrir dívidas de 2017 e 2018, e R\$ 14,1 milhões à Funai para a compra judicial de área no Maranhão para a criação de uma reserva que permita o assentamento de índios da etnia krenyê.

O PLN 33/2018 concede R\$ 50 milhões para a Infraero para a manutenção de veículos, aeroportos e equipamentos. O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), explicou que havia

recebido pedido de Eunício Oliveira, presidente do Congresso, para agilizar o trâmite:

— O senador Eunício nos explicou que o governo precisava aprovar logo esses projetos, pois temos de agilizar a aprovação do próximo Orçamento.

Cortes orçamentários

A CMO agendou para hoje audiência com o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, para discutir cortes no Orçamento de 2019. O presidente da CMO defendeu e conseguiu aprovar um requerimento solicitando a discussão dos cortes no Sistema Unificado de Assistência Social (Suas). Segundo Negromonte, os cortes põem em risco os principais programas sociais do governo:



A Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, vai receber R\$ 358 milhões para cobrir dívidas de 2017 e de 2018

— No Bolsa Família, R\$ 1,5 bilhão é cortado, prejudicando mais 17 mil serviços nos centros de referência de assistência sociais; mais de R\$ 15 bilhões são cortados nos programas do Bolsa Família, que atendem 7 milhões de pessoas; finalmente, mais

R\$ 30 bilhões são cortados no Benefício de Prestação Continuada, que atende 2,3 milhões de pessoas.

Além disso, o Ministério da Educação teria sofrido remanejamento de mais de R\$ 1 bilhão, mas a verba não teria sido direcionada a programas

como o ensino superior e as bolsas da Capes.

Como o prazo para emendas ao projeto da lei do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018) vence hoje, ao meio-dia, a audiência é considerada fundamental para definir a estrutura do Orçamento.

Prazo para apresentar emendas ao Orçamento de 2019 termina hoje

O prazo para apresentação de emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN 27/2018) acaba hoje, ao meio-dia. Inicialmente, o prazo terminava no dia 1º, mas as bancadas estaduais pediram mais tempo. As 27 bancadas estaduais têm direito a seis emendas de execução obrigatória em 2019, no valor de R\$ 169,6 milhões para cada bancada, sendo três emendas obrigatoriamente destinadas para áreas sociais

(saúde, educação e segurança pública).

As emendas de bancada são propostas pelo conjunto dos parlamentares de cada estado e se direcionam a obras com projeção estadual. Diferem das emendas apresentadas individualmente por deputados e senadores, que dão prioridade ao financiamento de pequenas obras e serviços em suas bases eleitorais.

Da Agência Câmara

Audiência vai discutir propaganda de cigarros

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem requerimento de Romero Jucá (MDB-RR) e Ana Amélia (PP-RS) para audiência sobre a proibição da propaganda de cigarros e do uso de aditivos para conferir sabor ou aroma aos produtos. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 769/2015 é de José Serra (PSDB-SP).

Ana Amélia considera a medida prejudicial aos produtores de fumo:

— São pequenas proprie-

dades, agricultura familiar. Grande parte é para exportação. Temos um problema gravíssimo: 40% do cigarro comercializado no Brasil é contrabandeado. Há uma indústria clandestina de cigarros manuais, que você não sabe o que tem dentro. Um mercado clandestino concorrendo com a indústria, que paga uma pesada carga de impostos.

Serra ressaltou que o cigarro mata 130 mil pessoas por ano no Brasil. Para ele, o requerimento de audiência é uma estratégia para adiar a votação.

— A convocação de pessoas a favor do tabaco tem sido usada para esticar o tempo a votação. Meu projeto se refere exclusivamente ao lado da demanda, afetando a motivação para o fumo. Seja ele contrabandeado ou não. Nós estamos preocupados que o consumidor deixe de fumar, de onde que quer que venha o cigarro — afirmou José Serra.

Os senadores anteciparam a data de 12 de dezembro para 21 de novembro. Por acordo, a comissão decidiu votar o texto em 28 de novembro.

Randolfe critica política anunciada pelo próximo ministro da Fazenda

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que a política anunciada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tende a aprofundar o ultraliberalismo ortodoxo, o que prejudicaria a Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio



de Macapá e Santana (AP).

— A crise econômica gravíssima que se abate sobre o Brasil tem efeito mais perverso nas economias de estados ditos periféricos, como é o caso do Amapá, uma das economias menos desenvolvidas.

Segundo Vanessa, momento atual do país é de extrema gravidade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ser contrária à proposta de aumentar os salários de ministros do STF e do procurador-geral da República, antes da votação das propostas em Plenário. Segundo ela, o momento atual do país é de “não normalidade”.

— É um momento de

extrema gravidade, em que a parte mais pobre e vulnerável da população brasileira tem sofrido com a crise. Até então, tínhamos uma legislação que garantia o aumento real do salário mínimo. O salário mínimo hoje não alcança nem um reajuste para a recomposição da inflação.

Regina Sousa reprova votação de reajuste para “andar de cima”

Regina Sousa (PT-PI) criticou em Plenário ontem o reajuste dos magistrados do STF. Antes da votação, a senadora disse que esperava que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, não colocasse o projeto em pauta.

Ela afirmou não acredi-



tar que o Senado seria capaz de votar reajuste para quem está no “andar de cima” e analisar proposta que adia o reajuste dos servidores para 2020 (MP 849/2018). Para ela, se não tem reajuste para servidores, não pode ter para magistrados.

Para Reguffe, é preciso discutir fim de privilégios nos três Poderes

Reguffe (sem partido-DF) afirmou ontem, em Plenário, que o aumento dos salários dos ministros do STF seria uma “excessância e um desrespeito ao contribuinte”.

Para ele, é preciso discutir a redução dos privilégios existentes nos



três Poderes.

— Os três Poderes têm mordomias e privilégios inaceitáveis. No meu gabinete, fiz questão de abrir mão. Então, temos que combater esses penduricalhos. E no Poder Judiciário também — afirmou o senador.

Cristovam chama de “artimanha” projeto que beneficia ministros

Cristovam Buarque (PPS-DF) criticou ontem o aumento para os ministros do STF. Para ele, o reajuste corresponde a uma “artimanha” para compensar a extinção do auxílio-moradia para a magistratura.

— O auxílio-moradia não deveria existir. Os trabalhadores não têm.

Para quem está de passagem, tudo bem, mas para quem mora na mesma cidade, não faz sentido. Agora querem manter com outro nome: vai se chamar “salário”.

Para ele, se fosse para criar novas despesas com remunerações, seria mais correto começar por baixo.

É absurdo dar aumento e discutir reforma da Previdência, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) considerou inaceitável o aumento para quase R\$ 40 mil os salários dos ministros do STF e da procuradora-geral da República, o que significa aumento do teto salarial também para senadores, deputados e altos funcionários



do Executivo e do Legislativo. Antes da votação da proposta, o senador disse achar absurdo decidir sobre esse tipo de proposta quando o país está em crise e se discute uma reforma na Previdência que deve prejudicar a população.

Avança projeto sobre perícia médica no INSS

Pela proposta aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, o órgão será obrigado a firmar convênios para atender a demanda de segurados que precisem de perícia médica

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que obriga o INSS a celebrar acordos com outros órgãos, a fim de atender a demanda dos segurados que necessitem de perícia médica. Trata-se do PLS 154/2018, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e relatado pelo senador Cidinho Santos (PR-MT).

Nos casos de impossibilidade de realização de perícia médica, de incapacidade física ou técnica de implementação das atividades e de atendimento adequado à clientela da Previdência Social, a proposta prevê que o INSS ficará obrigado a buscar a celebração



Relator, Cidinho Santos, e autora, Vanessa Grazziotin, em reunião da CAS na qual foi aprovada a proposta

de convênios, termos de execução descentralizada, termos de fomento ou de colaboração ou ainda acordos de coopera-

ção técnica para a realização do exame, sem ônus para os segurados.

Vanessa agradeceu o empenho da presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), na votação do texto e ressaltou

que o mérito do PLS 154/2018 também é dos trabalhadores do INSS, sobretudo os da Amazônia.

De acordo com Vanessa, no Brasil existem somente 3.721 médicos peritos da Previdência. Desses, o Amazonas conta com somente 37.

— Há muito tempo trabalhamos para melhorar os índices de aposentadoria e de concessão de benefícios no Amazonas, onde nosso índice de aposentadoria, comparado aos outros estados, é irrisório — disse a senadora.

O projeto seguiu para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Agricultor pode ter seguro em caso de calamidade

O agricultor familiar poderá receber seguro-desemprego na ocorrência de estiagem, geadas ou enchentes reconhecidas pelo governo. O benefício, no valor de um salário mínimo, está previsto no projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramitará em caráter terminativo (PLS 577/2007).

O pagamento, pelo período máximo de cinco meses, poderá ser concedido também a parceiros, meeiros e arrendatários rurais que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar. Para se habilitar ao seguro-desemprego previsto, o produtor terá de apresentar comprovante de inscrição na Previdência Social há pelo me-

nos um ano. O texto também determina que, durante o período do seguro-desemprego, o produtor não poderá receber o seguro-safra.

Autor do projeto, Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) lembra que as variações climáticas prejudicam as plantações e acabam provocando um sério problema social, uma vez que um grande número de produtores rurais vive em situação de extrema pobreza, dependendo da agricultura de subsistência. Ele diz que o projeto poderá representar “uma esperança concreta de amparo, ainda que provisório, a quem teve o fruto de seu suor frustrado por intempéries climáticas”.

O projeto contou com o apoio do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), para quem a iniciativa tem “inegável mérito

social”. Lido pelo relator ad hoc, Armando Monteiro (PTB-PE), o relatório, entretanto, sugere algumas mudanças no projeto. A situação de calamidade como condição para o benefício estava restrita apenas à estiagem prolongada. Já o relatório amplia as situações, com a inclusão da geadas e da enchente.

A definição de agricultor familiar está na legislação específica (Lei 11.326, de 2006), alcançando também atividades como silvicultura, extrativismo, pesca e quilombolas rurais, dentro de algumas exigências. Lindbergh também excluiu a vedação do acúmulo do seguro-desemprego com o Bolsa Família e inseriu a proibição de acumular o benefício com o seguro-safra.

Jornalista que atua em casos de risco pode ter seguro de vida

Empresas jornalísticas deverão contratar seguros de vida e de acidentes pessoais para repórteres, cinegrafistas e outros profissionais de comunicação que atuem em condições de risco. É o que diz a atual redação do PLS 114/2014, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto, de Ângela Portela (PDT-RR), recebeu substitutivo do relator, Valdir Raupp (MDB-RO). O texto inicial concedia aos jornalistas que atuam na cobertura de eventos públicos com intervenção das forças de segurança — configurando situação de risco à integridade física dos profissionais — um adicional de periculosidade de 10% sobre o salário. Mas Raupp transformou o adicional em seguro de vida e de acidentes pessoais.

A apólice deve ter em vista a cobertura de acidentes pessoais que possam vitimar o profissional, mediante indenização em dinheiro em caso de lesão ou invalidez permanente, total ou parcial, e de outros danos

causados por acidente, como incapacidade temporária, ou prestação de assistência médica ou reembolso de despesas. Também deve prever indenização pecuniária aos beneficiários do segurado no caso de morte por acidente em serviço, explica Raupp no parecer.

Impacto

A troca do adicional pelo seguro, diz o relator, visa viabilizar a proteção aos profissionais.

Raupp ponderou que a medida deve conciliar os interesses dos jornalistas com o equilíbrio financeiro das empresas. E chamou a atenção para o impacto do pagamento de um adicional sobre o salário nas contas de empresas de comunicação de pequeno porte.

“As consequências da medida são óbvias: redução de postos ou ocupações, maior ausência ou distanciamento da mídia em relação aos fatos do cotidiano das comunidades, prejuízos incalculáveis ao direito de informação e comunicação”, observa.

O relatório foi lido por Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Comissão vai debater segurança das barragens

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem novos convidados para a audiência que promoverá em 21 de novembro para avaliar a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Foram convidados representantes das universidades do Estado do Rio Grande do

Norte; Federal do Rio Grande do Norte e Federal Rural do Semiárido; a Associação Norte Riograndense de Criadores; as federações da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte, das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

Familiar e dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte.

A presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), afirmou que a prioridade em 2018 é a segurança hídrica do país.

— Por isso, avaliar a segurança das barragens é tão importante.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova indicados para embaixadas

Marcelo Souza Della Nina, que deverá ser embaixador na Arábia Saudita e no Iêmen, e Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, na Costa Rica, foram sabatinados ontem

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação dos diplomatas Marcelo Souza Della Nina, para embaixador na Arábia Saudita e no Iêmen, e Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, para a chefia da representação diplomática brasileira em San José, na Costa Rica. As indicações seguem agora ao Plenário em regime de urgência.

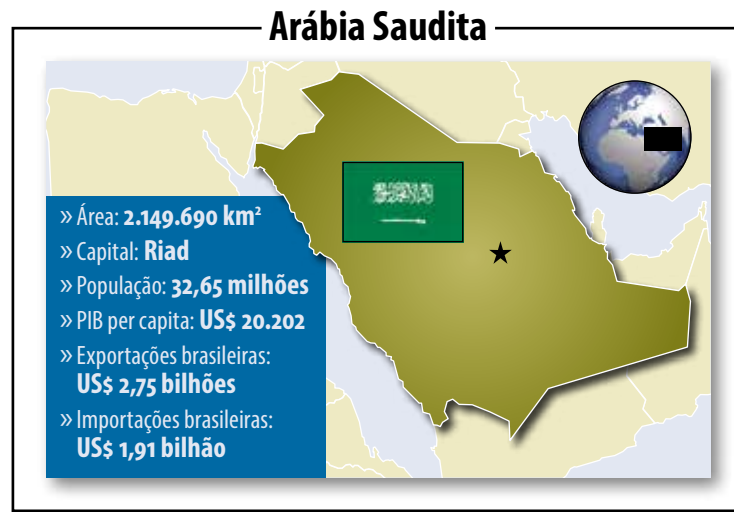
Durante a sabatina, o senador Hélio José (Pros-DF) perguntou a Della Nina se a eventual mudança da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, anunciada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, poderia gerar reações negativas por

parte do governo saudita.

O diplomata afirmou que acompanha o desenrolar da situação “com total atenção”, mas que, por enquanto, seria “premature e inconclusivo” da parte dele tecer qualquer consideração, enquanto não houver um posicionamento oficial por parte das autoridades brasileiras.

Della Nina disse ainda que o Itamaraty vê a Arábia Saudita como um grande parceiro comercial, pois os negócios entre as duas nações já atingem US\$ 4,5 bilhões anuais, com um superavit de US\$ 500 milhões para o Brasil.

O diplomata destacou a complementariedade entre as economias brasileira e saudita,



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



já que a nação árabe é uma das maiores importadoras mundiais de alimentos, dos quais o Brasil é um dos grandes fornecedores. Para Della Nina, esse deve continuar sendo o foco da atuação da embaixada brasileira em Riad, pois a segurança alimentar é uma das prioridades da Arábia Saudita desde a década de 1970.

— Focar nessa prioridade pode incrementar ainda mais as relações comerciais. E nesse campo podemos ir além também da exportação de produtos primários, porque nos últimos anos eles vêm tentando desenvolver uma indústria própria na agricultura.

Della Nina afirmou ainda que dará destaque ao es-

tratamento das relações no setor de defesa, uma vez que o governo saudita adquire esse tipo de produto do Brasil, e que pretende atrair mais investimentos do fundo soberano saudita para o Brasil.

Outro indicado ao cargo de embaixador sabatinado pela CRE, o diplomata Antonio Francisco da Costa e Silva Neto informou que a Costa Rica tem conseguido manter um crescimento econômico em torno de 4% ao ano, fator importante para a manutenção da estabilidade político-social conquistada desde a Constituição de 1949. No entanto, o país tem tido déficits fiscais recorrentes nos últimos anos, o que provocou um aumento

desafiador da dívida pública.

— Eles vêm tentando superar esse problema incrementando o modelo econômico, atraindo investimentos sustentáveis na agricultura, agroecologia e em energias renováveis, entre outros setores com esse mesmo viés. Focando no setor de energia, de fato eles têm um grande potencial em eólica e solar, por exemplo. É aí que vejo condições de incrementarmos parcerias e investimentos com a Costa Rica, pois nós também já temos uma boa expertise em todas essas áreas.



Della Nina (Arábia Saudita) e Silva Neto (Costa Rica) durante as sabatinas

Audiência destaca importância do Acordo de Paris

O Acordo de Paris não trata necessariamente apenas da redução de gases do efeito estufa, mas da maneira como os países vão se comportar em cenário futuro que antecipa a elevação da temperatura média global.

A observação foi feita ontem pelo embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, em audiência que discutiu a participação do Brasil na conferência climática COP-24, na Polônia. O debate foi promovido pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Ao ser indagado por Jorge Viana (PT-AC) sobre uma eventual saída do Brasil do Acordo de Paris, o embaixador explicou que o documento não trata de questão burocrática e não possui caráter impositivo.

— O Acordo de Paris cria espiral crescente de ambição não apenas nas ações de adaptação de cada governo na redução de gases de efeito estufa. Ele vai depender de ações nacionais, das especificidades de cada país e dos recursos para investir em ações. São decisões soberanas. Em nenhum momento um país ia permitir ratificação, caso houvesse um milímetro de exceção da nossa soberania. O acordo deixa claro que migrarmos para uma economia de baixo carbono atende os interesses nacionais em termos de investimento, traz benefícios para a população e economia brasileiras, para o agronegócio e a agricultura familiar — afirmou Marcondes.

O secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério

do Meio Ambiente, Thiago de Araújo Mendes, avaliou que as discussões da COP-24 serão pautadas por relatório recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que aponta crescimento de um grau Celsius na temperatura desde o início das atividades industriais no planeta.

O relatório, na opinião de Mendes, avalia que seria necessário multiplicar em cinco vezes todo o investimento feito até hoje em projetos e políticas públicas de mudança do clima.

— Em cifras objetivas, o volume a ser mobilizado seria de US\$ 3,8 trilhões para que a comunidade internacional alcance condições necessárias para manter aquecimento global em um grau e meio — afirmou o secretário.



Gabinete do senador Fernando Collor de Mello

Collor afirma a Bashar al-Assad apoio à autodeterminação dos sírios

Collor se reúne com Bashar al-Assad e defende soberania síria

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor (PTC-AL), foi recebido pelo presidente da Síria, Bashar al-Assad, no domingo, em Damasco. A Bashar al-Assad o senador reafirmou a postura do Brasil de apoio à autodeterminação do povo sírio.

Assad agradeceu a presença de Collor, destacando que a agenda do senador “estabelece e promove uma política internacional equilibrada para as questões da região e do mundo”.

Em outro compromisso em Riad, um encontro de trabalho na Assembleia do Povo da Síria, Collor falou para o Grupo de Amizade Parla-

mentar Síria-Brasil e outras autoridades e alertou para as tentativas de enfraquecimento das Nações Unidas, com medidas unilaterais, que minam a autoridade da ONU.

— Nossa opção de defender o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, pela paz e a estabilidade no mundo, pelo entendimento e o princípio da não interferência em assuntos internos de outros países, nos conduz à afirmação do diálogo e à condenação de um mundo sem lei. A Síria é um país soberano. Cabe aos sírios, e tão somente a eles, determinar o futuro de seu próprio país — disse o senador.

Vai a Plenário indenização por exploração sexual

O dinheiro do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) poderá ser usado para reparar danos causados pela exploração sexual e pelo tráfico de pessoas. A medida está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e De-

fesa do Consumidor (CTFC). O PLS 374/2012 é de Lídice da Mata (PSB-BA). Ele tramitava em conjunto com o PLS 297/2013, apresentado como conclusão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), sugeriu o arquivamento do

297/2013 e a aprovação do PLS 374/2012.

Ana Amélia acolheu uma emenda segundo a qual a reparação de danos pode contar com os bens de condenados por favorecimento à prostituição, tráfico de pessoas e exploração sexual. O projeto segue agora para o Plenário.

Vai a Plenário proposta que muda a Lei Geral de Telecomunicações

Aprovado pelo Senado em 2016, o projeto teve de retornar à Casa por ordem do STF, que acatou ação da oposição que questionava o rito de tramitação adotado. Senador Humberto Costa apresentou voto em separado, com substitutivo

PROJETO QUE ALTERA o Marco Legal das Telecomunicações foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Com 7 votos favoráveis e 3 contrários, o PLC 79/2016 foi debatido após a apresentação de voto em separado de Humberto Costa (PT-PE). A comissão também aprovou requerimento do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para que o projeto tramite em regime de urgência no Plenário.

Em 2016, o projeto da Câmara foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e enviado para sanção do presidente da República, Michel Temer. No entanto, o STF acatou uma ação da oposição pedindo a devolução do texto para análise pelo Plenário do Senado. Antes, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, já havia manifestado a intenção de encaminhar o tema para exame das comissões técnicas da Casa, entre elas a CCT.

No voto em separado, Humberto questionou, entre outros pontos, a incorporação de bens, prevista no projeto, que deveriam retornar à União com a extinção das concessões. Para ele, é razoável o que o projeto propõe, que é transformar o valor desses bens em compromissos de investimentos.



O presidente da comissão, Otto Alencar, comanda a reunião ao lado do relator, Flexa Ribeiro

No entanto, ele não concorda com o critério da proposta para classificar quais seriam os bens reversíveis, no caso, aqueles que não sejam essenciais ou que não estejam sendo efetivamente utilizados na prestação do serviço.

— Essa definição não está de acordo com os termos do contrato de concessão em vigor e, claramente, trará enorme redução à valorização desses bens, provocando prejuízo ao patrimônio público — afirmou.

Flexa defendeu que não há motivo para que um bem que não esteja sendo usado pela empresa seja considerado reversível à União e ressaltou que o valor desses bens será revertido em investimento no setor.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o valor de patrimônio a ser incorporado pelas atuais concessionárias em relação à infraestrutura atingiria R\$ 105 bilhões. Mas a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as empresas alegam que muito do que foi adquirido durante o processo de privatização depreciou-se e perderá ainda mais valor até 2025 e que os montantes a serem incorporados equivaleriam a cerca de R\$ 20 bilhões em valores de hoje.

Humberto também questionou a possibilidade de renovações sucessivas das outorgas, causando perda de gerência da União sobre seus próprios bens.

Avança projeto que proíbe propaganda comercial em escolas

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem um projeto de lei da Câmara que proíbe propaganda comercial dentro das escolas. O PLC 106/2017 segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A regra vale para todos os estabelecimentos de ensino da educação básica, sejam públicos ou privados. O projeto proíbe a veiculação de publicidade comercial para a divulgação de produtos, serviços, marcas ou empresas.

O PLC 106/2017 admite a realização de feiras de livros ou de ciências, além de atividades de caráter cultural ou artístico, exposições e apresentações teatrais. Mas o conteúdo desses eventos não pode fazer “apelo ao consumo” de qualquer produto.

O relator foi o senador José Serra (PSDB-SP). Para ele, o PLC 106/2017 não compromete o acesso dos alunos à informação:

— Da maneira como está redigido, o projeto não impede ações complementares à atividade pedagógica. Não priva as crianças do contato com conteúdo culturalmente enriquecedor nem compromete a liberdade de expressão. Ele barra a publicidade comercial transvestida de ação educativa, artística ou cultural, que busca promover a fidelização a suas marcas e personagens — argumentou.

Relatório da MP das Loterias é aprovado

A comissão mista da Medida Provisória das Loterias aprovou ontem o relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A medida regula a transferência de recursos das loterias para áreas como segurança pública, esporte e cultura e segue agora para a análise do Plenário da Câmara dos Deputados e, depois, para o do Senado.

A MP 846/2018 substituiu a MP 841/2018, editada em junho e já sem validade. O novo texto surgiu de uma articulação dos Ministérios da Cultura e do Esporte, após pressões de entidades dos dois setores, uma vez que a MP anterior diminuía os repasses das loterias para essas áreas a fim de aumentar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O governo prevê que a MP das Loterias garantirá o repasse anual de cerca de R\$ 1 bilhão para a área da segurança pública, R\$ 630 milhões para o esporte e R\$ 443 milhões para a cultura.

Dos recursos arrecada-

dados com as loterias esportivas, a MP estabelece a transferência para o FNSP de 11,49% neste ano e de 2% a partir de 2019. O fundo também receberá 5% dos recursos das loterias federais em 2018 e 2,22% a partir de 2019. Já para o Fundo Nacional de Cultura (FNC), a transferência será de 1% dos recursos das loterias esportivas. Dos recursos das loterias federais, a cultura também vai receber 0,5% a partir do ano que vem. O FNC ainda receberá 0,4% dos recursos da Lotex.

Esportes

Entre outras determinações, a MP também estabelece que a participação do Ministério do Esporte na arrecadação das loterias esportivas será de 10% em 2018, caindo para 3,1% a partir de 2019. A cota do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) fica fixada em 1,63%, enquanto o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) fica com 0,96% dos recursos das loterias esportivas. A MP destina aos prêmios

das loterias esportivas o valor referente a 37,61% até o fim de 2018 e 55% a partir do ano que vem.

Flexa informou que, ao longo do seu trabalho na comissão, procurou atender as demandas de deputados, senadores e representantes de entidades ligadas ao esporte e à cultura. Ele acrescentou que foram apresentadas 41 emendas, das quais aproveitou 11, de forma total ou parcial.

A MP beneficia duas entidades sociais: anualmente, a renda de dois concursos da loteria esportiva deve seguir para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapae) e para a Cruz Vermelha. O relator, Flexa Ribeiro, incluiu a Federação Nacional das Associações Pestalozzi como beneficiária.

O relatório estabelece ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB e a outras entidades ligadas ao esporte.

Músicos não chegam a acordo sobre portaria

As entidades que reúnem músicos não chegaram a um entendimento sobre a portaria do Ministério do Trabalho que muda as regras de contratação de profissionais do setor.

O debate sobre a Portaria 656 ocorreu ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) considerou o assunto polêmico. Segundo ele, a portaria cria restrições e entraves ao exercício profissional ao estabelecer exigências prévias de pagamentos de taxas, obrigatoriedade de o músico estar inscrito na Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e exigir o cumprimento de rotinas

e rituais burocráticos. A regulamentação prevista na norma exige ainda maior participação dos sindicatos na contratação de profissionais, até mesmo estrangeiros, para shows.

— Para indignação da classe dos músicos do país, a portaria vai muito além de oferecer modelos padronizados de contrato, com os elementos mínimos previstos na legislação civil. Cria restrições e entraves ao exercício profissional — afirmou o senador.

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos, Gerson Ferreira Tajés, defendeu a manutenção da portaria.

— Essa portaria é pro-

duto de um trabalho de quatro anos e da determinação do ministro do Trabalho, Caio Luiz Vieira de Mello, que teve a coragem de enfrentar uma máfia que pagava para não deixar sair essa portaria, que é uma proteção para os músicos.

Já o representante do Movimento de Valorização dos Músicos, Engels Espíritos, criticou a declaração de Tajés.

— Essa portaria invalida a condição do músico de ter a liberdade de fazer o contato direto com os seus contratantes.

A secretária-adjunta das Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho, Margarida Barreto de Almeida, defendeu a vigência da portaria e afirmou que o objetivo não é impor normas, mas sim fazer cumprir e preservar os direitos trabalhistas e previdenciários.

A gerente de Música Popular da Funarte, Eulícia Esteves, defendeu que a portaria seja modificada se houver prejuízos para os músicos e profissionais do setor.



Cristovam (C) preside debate sobre contrato para músicos